

Referente ao projeto de lei nº 152/2022 TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos 22 de Agosto de 2022, às 09 horas e 00 minutos, a partir do MPCON, estando presente o Dr. Vitor Hugo Chiuzuli, Promotor de Justiça, compareceu em audiência o Procurador Jurídico do Município de Três Passos, Carlaile Ernesto Hörbe, acompanhado da servidora pública lotada junto à Secretaria municipal de Saúde, Maria Helena Gehlen Krummenauer, onde passou-se a lavrar a ata de audiência, nos termos a seguir expostos.

Foi esclarecido que a municipalidade estava organizando com uma empresa de tecnologia da informação para disponibilizar o acesso à fila de atendimento a pacientes, a partir do que até então vigorava como sistema de organização do acesso à saúde pelos cidadãos (SISREG).

Ocorre que, em certo momento, o governo do Estado do Rio Grande do Sul implementou uma nova sistemática para organizar os atendimentos, denominado por GERCON. A partir de então os cadastradores não detêm controle sobre a posição do paciente "em uma fila". Isso porque o acesso às consultas e demais procedimentos médicos são estabelecidos à luz da classificação de risco que é indicada pelos responsáveis por classificar cada situação, não existindo funcionalidade que permita extrair uma ordem pré-estabelecida estática que possa ser publicada com acesso pela internet.

Procedimento 01912.000.711/2021 - Evento 0060 - Página 2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TRÊS PASSOS

Procedimento nº 01912.000.711/2021 — Inquérito Civil

Os representantes do Executivo municipal concluíram, assim, que apenas alguns

poucos atendimentos cadastrados pelo SISREG é que podem ser disponibilizados na

modalidade de "uma fila" para acompanhamento pelos cidadãos, mas com previsão de

que todos sejam incorporados pela nova sistemática do GERCON.

Por fim, tendo em vista o atual regime dos atendimentos à saúde pública

existente em âmbito estadual e as limitações técnicas do sistema informatizado em

vigor, concluiu-se que se torna compreensível o posicionamento exposto pelos

representantes da Administração Pública municipal de Três Passos, pontuando-se que

deverá o Executivo municipal encaminhar proposição legislativa com o escopo de

promover alteração na lei municipal que a torne compatível com as limitações técnicas

existentes para que possa ser cumprida por parte dos gestores do sistema de

agendamentos de consultas, exames e demais procedimentos médicos.

No mais, o signatário se comprometeu a verificar junto ao CAODH demais

encaminhamentos que possam ser promovidos para que conferir maior transparência e

controle social pelos cidadãos à sequência de atendimentos de suas demandas de

saúde pública, em âmbito municipal e estadual, com observância a protocolos técnicos

de definição de prioridades e com o fito de se evitar situações de preterição de ordem

em violação de impessoalidade.

Encaminhamentos:

a) junte-se a mídia contendo a gravação audiovisual da audiência realizada;

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TRÊS PASSOS

Procedimento nº 01912.000.711/2021 — Inquérito Civil

b) oficie-se ao Executivo municipal de Três Passos para que, no prazo de 30 dias

, preste informações atualizadas sobre se obteve êxito em disponibilizar aos cidadãos o

acesso a uma ordem de atendimento às suas demandas de saúde que subsistem sendo

encaminhadas pela sistemática do SISREG, assim como se houve o encaminhamento de

proposição legislativa para alterar a Lei municipal 5.631/2021 vigente, a fim de que o

disposto em lei contemple a situação atual de limitação técnica relacionada com o

emprego do sistema de gerenciamento GERCON; e

c) contate-se o CAODH a fim de que possam fornecer subsídios a respeito de se

há sugestões de encaminhamentos que possam ser promovidos pela Promotoria de

Justiça para conferir maior transparência e controle social pelos cidadãos à sequência

de atendimentos de suas demandas de saúde pública, em âmbito municipal e estadual,

com observância a protocolos técnicos de definição de prioridades e com o fito de se

evitar situações de preterição de ordem em violação de impessoalidade, tendo em vista

a atual sistemática de gerenciamento inaugurada pelo GERCON, remetendo-se cópia

da presente ata e também das explicações prestadas pela municipalidade por escrito

(eventos 0049 e 0050).

Jaguarão/Três Passos, 19 de outubro de 2022.

Vitor Hugo Chiuzuli,

Promotor de Justiça.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TRÊS PASSOS Procedimento nº 01912.000.711/2021 — Inquérito Civil

Nome:

Vitor Hugo Chiuzuli

Promotor de Justiça — 4559282 Lotação: Promotoria de Justiça de Jaguarão

Data:

19/10/2022 17h09min

Documento eletrônico assinado por login e senha (Provimento nº 63/2016-PGJ).

Documento assinado digitalmente por (verificado em 19/10/2022 19:10:00):

Nome: RIO GRANDE DO SUL PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA Data: 19/10/2022 17:09:44 GMT-03:00

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico: "http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento" informando a chave 000020467008@SIN e o CRC 8.4660.4259.

1/1



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TRÊS PASSOS Procedimento nº 01912.000.711/2021 — Inquérito Civil

Nome: Vitor Hugo Chiuzuli

Promotor de Justiça — 4559282

Lotação: Promotoria de Justiça de Jaguarão Data:

19/10/2022 17h09min

Documento eletrônico assinado por login e senha (Provimento nº 63/2016-PGJ).

Documento assinado digitalmente por (verificado em 19/10/2022 19:10:00):

Nome: RIO GRANDE DO SUL PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA Data: 19/10/2022 17:09:44 GMT-03:00

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico: